

CONVERSA ENTRE PRETOS: ENTREVISTA COM GIOVANNI HARVEY

A TALK AMONG BLACK: INTERVIEW WITH GIOVANNI HARVEY

Giovanni Harvey¹, Gysele da S. Colombo Gomes², Suellen Thomaz de A. Martins³

1. Conselheiro Benemérito do Conselho Municipal dos Direitos do Negro - COMDEDINE e membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.; Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá. Rio de Janeiro, RJ, Brasil
harvey@ia.org.br

2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, Brasil
gysacolombo@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1309-4312>

2. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, BA, Brasil
suellen.tam@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7594-4581>

Entrevista realizada em mai. 2021



Entrevista com o Conselheiro Benemérito do Conselho Municipal dos Direitos dos Negros (COMDEDINE) Giovanni Harvey por Gysele da S. Colombo Gomes e Suellen Thomaz de A. Martins, com questões sobre o tema do dossiê "EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ENSINO DE LÍNGUAS, LITERATURAS E OUTRAS LINGUAGENS: PESQUISAS E PRÁTICAS"

Resumo: Um número cada vez maior de pesquisas no Brasil vem contribuindo para avançarmos nas discussões sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil. Além disso, tais pesquisas têm incitado discussões e mudanças relevantes no contexto brasileiro, como as ações afirmativas, cotas nas universidades, estudos raciais críticos nos contextos educacionais e midiáticos bem como nos setores da vida nacional (APARECIDA, 2014). Nessa direção, a

entrevista com Giovanni Harvey, proposta por Gysele da S. Colombo Gomes e Suellen Thomaz de A. Martins, vem ao encontro dessas discussões. A entrevista gravitou em torno de episódios da vida do entrevistado, atual Conselheiro Benemérito do Conselho Municipal dos Direitos dos Negros (COMDEDINE) e Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá, promoveu reflexões sobre equidade, justiça social e rupturas de ideologias empreendedoras. Além disso, a conversa nos permitiu uma visita a projetos sociais e regionais com vista à promoção de oportunidades e de reconhecimento de direitos de pessoas negras. A partir desse diálogo, Giovanni Harvey aponta alguns caminhos trilhados por ele, por meio de projetos sociais, no enfrentamento das desigualdades étnicas que estruturam as relações sociais no Brasil e tece algumas provocações em relação à branquitude e seus efeitos na perpetuação do racismo no Brasil, tendo em vista nossa compreensão de que vivemos em uma “sociedade racializada onde a branquitude é posicionada como normativa” (LADSON-BILLINGS, 1998, p. 9)

Bloco 1 - Juntando os fragmentos dos episódios de vida de Giovanni Harvey para enxergar educação, práticas de linguagens e os movimentos antirracistas

Gysele Colombo Gomes e Suellen Martins—A fim de uma caracterização identitária do atual Conselheiro Benemérito do Conselho Municipal dos Direitos dos Negros (COMDEDINE), Giovanni, o que mudou entre o jovem Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense - UFF no final dos anos 80 e o Conselheiro Benemérito da COMDEDINE? E quais são os fatos marcantes de sua vida que precedem esse intervalo?

Giovanni Harvey- Eu nasci em abril de 1964, em Fortaleza – CE, numa família predominantemente preta. Minha avó paterna, Mary Harvey, imigrou de Barbados para o Brasil no início do século passado. O meu pai, João Harvey Christopher Pierre, era ferroviário aposentado e professor de idiomas (com proficiência em inglês reconhecida pela Universidade de Michigan) na rede pública estadual do Ceará e a minha mãe, Benigna da Conceição Correia Pierre, era empresária (fabricava sorvetes, tinha uma loja e uma equipe de vendedores ambulantes) e musicista (tocava piano clássico e acordeon), formada pelo Conservatório de Música de Fortaleza (provavelmente, se não me falha a memória, o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno).

Meus pais eram pessoas progressistas, tanto sob o ponto de vista político-ideológico quanto sob o ponto de vista dos costumes. Parte dos livros

da biblioteca do meu pai era encadernada com papel pardo, para que as pessoas que visitassem a nossa casa não vissem os títulos, e era guardada no quarto. As três trabalhadoras domésticas tinham instruções, tanto do meu pai quanto da minha mãe, para não mencionar a existência destes livros pois eles tinham receio de que o meu pai se tornasse alvo da repressão política.

Em 1970, por iniciativa do meu pai (que havia adquirido, na década de 1950, um apartamento no bairro do Humaitá, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro) a minha família vendeu o que tinha no Ceará e se mudou para o Rio de Janeiro para que eu pudesse ser educado “na capital cultural do país”.

Meu pai conseguiu, com um professor que fazia parte do círculo de amizades dele, uma bolsa de estudos para eu estudar no Colégio da Associação dos Servidores Civis do Brasil – ASCB, também na Zona Sul do Rio. Todavia, a mudança de Fortaleza para o Rio de Janeiro implicou em muitos sacrifícios pessoais para a minha mãe e para o meu pai.

Hoje, aos 57 anos de idade, sendo pai de duas jovens mulheres, Isadora Lopes Harvey e Maria Gabriela Ferreira Harvey, que também recebem estímulos e investimentos educacionais, meus e das suas respectivas mães, eu tenho a dimensão do “preço” que o meu pai e a minha mãe pagaram para que eu (em função da abnegação de ambos) pudesse ter acesso a melhores condições de acesso a bens culturais e educacionais.

Eles tomaram a decisão de deixar para trás uma condição social e econômica confortável em Fortaleza, cidade na qual meu pai e minha mãe transitavam pela elite cultural, quer seja pela proeminência do meu pai no campo do magistério quanto pela projeção da minha mãe no Conservatório de Música, para enfrentar um ambiente hostil, marcado pelo preconceito e pela discriminação étnica, num território com o qual nenhum de nós tinha vínculos pessoais, familiares ou profissionais.

Minha família teve uma brutal queda no padrão de vida, tivemos de lidar com várias manifestações de discriminação de parte da vizinhança no prédio

do Humaitá¹ (a começar pela “discussão” se a nossa família poderia, ou não, utilizar a porta da frente pois, na época, havia uma regra não escrita de que as pessoas negras deveriam entrar e sair pela porta de serviço), meu pai não conseguiu um trabalho condizente com a sua formação acadêmica no Rio de Janeiro e a minha mãe passou a utilizar os seus dotes culinários para fazer doces e salgados, contra a vontade do meu pai, e complementar a renda da nossa família.

Experimentei um choque cultural na escola, com ênfase nos aspectos ligados à língua, porque na década de 1970 a diferença entre os sotaques e o vocabulário utilizado nas regiões nordeste e sudeste eram bem mais acentuados. Por exemplo: no Ceará nós chamávamos “ônibus” de “marinete” e o uso desta, dentre outras, expressões no Rio de Janeiro causava estranhamento.

Minha mãe faleceu em 1977, aos 43 anos, devido a um câncer nos pulmões. A morte dela tirou a mim, com 13 anos, e ao meu pai, com 73, do eixo pois ela era a “mediadora” do diálogo estabelecido entre a minha geração e a geração dele. Levamos anos para reestabelecer uma dinâmica familiar (a dois), pois a ausência dela deixou um vazio que nunca mais foi preenchido. Ele e eu vivemos juntos até ele falecer, aos 94 anos, na companhia da mãe da minha filha primogênita.

Fiz todo o ensino fundamental (antigo primário) e médio (antigo ginásio) até 1983, no Colégio da ASCB e no Colégio Hélio Alonso com bolsa de estudos. No segundo ano ginásial, comecei a trabalhar, contra a vontade do meu pai, após tentar (sem sucesso, ao contrário de colegas de escola e pré-vestibular) estágios na Caixa Econômica Federal ou empregos de meio-expediente em *shoppings centers*, como faxineiro e entregador numa farmácia,

¹ Humaitá é um conhecido bairro da zona sul do Rio de Janeiro, com grande valorização do mercado imobiliário.

em Botafogo. Meu pai temia que o trabalho me afastasse dos estudos. Já para mim, o trabalho era uma espécie de seguro, para o caso de eu não conseguir passar no vestibular para uma universidade pública, além de outras necessidades financeiras que poderiam advir.

Ingressei na universidade em 1984, cursando Direito, na Faculdade Candido Mendes, do Centro, e Filosofia, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco, também no Centro. Em 1985, após o meu pai ganhar uma ação trabalhista contra a União, a nossa renda familiar aumentou e eu decidi fazer o vestibular para Letras (Português-Inglês) na UFF estimulado pela vontade de estudar a língua inglesa e incentivado pelo meu professor da disciplina “História da Filosofia no Brasil, Hilton Japiassu, que dizia que a história da filosofia no Brasil era a história da literatura brasileira.

Eu tinha a crença de que uma super escolarização formal seria o passaporte para a minha inserção profissional, mesmo sendo testemunha de que esta fórmula não havia funcionado, após a mudança para o Rio de Janeiro, nem com a minha mãe e nem com o meu pai.

Entrei na UFF com a recomendação expressa do meu pai para que eu não me envolvesse com o movimento estudantil por seu receio de que eu pudesse me tornar um alvo das forças de repressão política, principalmente do Serviço Nacional de Informações – SNI.

Iniciei o curso de Letras na Habilitação Português – Inglês, enfrentei dificuldades porque estava fora do perfil dos alunos de inglês do Instituto de Letras da UFF e optei, após reprovações, por mudar a habilitação para Português – Literaturas.

Em 1986, por mero acaso, estabeleci relações de amizade com os diretores do Diretório Acadêmico Alex Polari – DAAP. A direção do DAAP me indicou, por causa do conhecimento que eu tinha sobre conjuntura política, para fazer parte da delegação de estudantes de Letras da UFF que participou

do Encontro Nacional de Estudantes de Letras – ENEL na Universidade de Brasília – UnB, em 1986.

Após retornar do ENEL a diretoria do DAAP e alguns colegas de curso lançaram o meu nome para presidir o DAAP, tendo como pano de fundo o debate que começava a ser travado na sociedade brasileira em torno do Centenário da Abolição. Fui eleito, em chapa única, Presidente do DAAP no final de 1986, passei a fazer parte do Conselho de DAs da UFF e do Conselho Universitário – CUV. A participação em ambas as instâncias me permitiu conhecer o funcionamento da estrutura da universidade e, em meio a uma série de embates políticos no movimento estudantil, fui chamado por diferentes forças políticas para formar uma chapa e disputar a presidência do Diretório Central dos Estudantes da UFF, o DCE Fernando Santa Cruz, com a chapa “Acorda DCE”.

A Chapa “Acorda DCE” foi composta por militantes do Partido Comunista do Brasil - PC do B, do Partido dos Trabalhadores - PT, do Partido Democrático Trabalhista - PDT, do “Grupo do Prestes” (organização que seguia a liderança de Luiz Carlos Prestes) e por uma ala dos chamados “independentes”. Disputamos a eleição com uma chapa hegemônica pela Convergência Socialista/Articulação do PT (“Metamorfose Ambulante”) e por uma chapa constituída por outra ala dos chamados “independentes” (“Da Cor Estudantil”) que contava com o apoio velado do Partido Comunista Brasileiro.

Nossa gestão era mais voltada para a agenda interna e menos orientada para o debate da conjuntura política nacional, embora participássemos de todas as reuniões do CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais, da UNE) e de todos os Congressos da UNE (que ainda estava na clandestinidade) que aconteceram durante o período da gestão, do início de 1988 ao final de 1989. A UFF tinha passado por alguns períodos de greve e havia um desgaste do movimento estudantil junto às bases, nas quais predominava a percepção de que o DCE não representava os interesses dos alunos.

A “Acorda DCE” foi a primeira gestão a inserir a questão racial no âmbito dos debates promovidos pelo DCE da UFF e, sob este aspecto, o mérito é devido, em grande parte, ao estudante de Arquivologia Luís Claudio Oliveira, que foi Diretor Cultural do DCE e, na época, militava no Grupo de Trabalho André Rebouças – GTAR. Atualmente Oliveira é professor adjunto no Departamento de Formação de Professores da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Não contei para o meu pai que havia me engajado no movimento estudantil: escondia o megafone, as faixas, os panfletos e outros itens na portaria do prédio no qual morávamos. Em 1988, por causa de uma matéria no “Jornal Hoje” sobre a invasão do Palácio Gustavo Capanema, ele reconheceu a minha voz numa entrevista e “descobriu” que eu era o presidente do DCE da UFF. Para minha surpresa ele não me repreendeu, ao contrário, mas passou a expressar preocupação com o risco de eu estar “fichado” e vir a sofrer algum tipo de retaliação por parte “dos secretas”, expressão que ele utilizava para se referir aos agentes do SNI e policiais que se infiltravam em movimentos sociais.

O hiato de tempo entre o exercício da presidência do DCE da UFF e as funções públicas que eu tenho exercido na maturidade é de aproximadamente 30 anos. Minha agenda, entretanto, continua a mesma: não tenho (nunca tive) filiação partidária, embora tenha formação política e ideológica no campo dos partidos de esquerda, milito no campo pelo reconhecimento e pelo respeito aos Direitos Humanos, com ênfase na agenda de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade étnico-racial.

Este posicionamento tem me permitido, ao longo das últimas três décadas, dialogar com várias correntes e frentes políticas pois os meus objetivos não mudaram ao longo do tempo e sempre foram muito nítidos e, por nunca ter tido filiação partidária, não sou visto como alguém que se move com intenções partidárias e/ou eleitorais. Talvez por esta razão eu seja chamado, com frequência, para exercer funções que exigem uma certa parcimônia, uma certa equidistância entre interesses conflitantes no movimento negro. Dentre

estas funções está a outorga do título de Conselheiro Benemérito do COMDEDINE.

O mesmo raciocínio se aplica ao convite que recebi para exercer a função de Secretário Nacional de Políticas de Ações Afirmativas - SPAA, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, entre os anos de 2008 e 2009, e o meu retorno ao órgão, quatro anos depois, para exercer a função de Secretário Executivo, entre os anos de 2013 e 2015. Fui o mais longo Secretário Executivo, segundo posto na hierarquia e substituto eventual das duas ministras citadas.

Orgulho-me de, substituindo a ministra Nilma Lino Gomes, ter assinado a Lei Complementar 150/2015 que reconheceu a integralidade dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, marco importante no processo de reconhecimento da cidadania de um segmento constituído predominantemente por mulheres negras e de superação de um instituto inspirado nas relações de trabalho vigentes durante o período da escravatura.

Bloco 2 - Em busca de equidade e justiça social

G.C.G. e S.M. – Como dar visibilidade aos projetos de justiça social e aos investimentos sociais rumo à promoção da equidade racial de forma que alcancem as pessoas que precisam se beneficiar delas (negras/os)?

G.H. – Desde 2017, inicialmente como Consultor de Estratégia e posteriormente como Presidente do Conselho Deliberativo, tenho participado do esforço realizado pelo Fundo Baobá para a Equidade Racial para ampliar o volume dos recursos mobilizados pela filantropia no Brasil para fortalecimento institucional e, por conseguinte, o aumento da visibilidade dos projetos voltados para a promoção da justiça social e da equidade racial.

O Fundo Baobá participa da Rede de Fundos para a Justiça Social e de uma série fóruns que reúnem instituições filantrópicas no Brasil e no exterior. Temos realizado uma série de parcerias com o objetivo de ampliar as possibilidades de financiamento deste campo, dentre as quais destacam-se a relação estratégica com a Fundação Kellogg, responsável pela modelagem

institucional do Fundo Baobá, no final dos anos 2000, com a Fundação Ford, com o Instituto Ibirapitanga e com o Fundação Open Society, parceiros na construção do Programa Marielle Franco, destinado a ampliar as capacidades institucionais e de organizações de mulheres negras no Brasil.

Acredito, com base na experiência de nove anos do Fundo Baobá, que o nosso desafio é ampliar a capacidade da sociedade civil, através da filantropia e do investimento social privado, de investir nesta agenda e qualificar a compreensão de todos os agentes envolvidos para que a questão racial deixe de ser vista como um valor agregado aos investimentos feitos em educação, por exemplo, e passe a ser percebida como uma pauta distinta, premente e merecedora de políticas, programa e projetos institucionais direcionados para que as instituições que atuam na ponta tenham condições de melhor desempenhar os seus propósitos.

BLOCO 3 A promoção de rupturas de ideologias

G.C.G. e S.M. – Como podemos promover rupturas de ideologias de empreendedorismo?

G.H. – A cultura empreendedora e o fomento ao empreendedorismo são elementos importantes para o desenvolvimento econômico e social de qualquer sociedade. É preciso, no entanto, distinguir o necessário fomento ao empreendedorismo do “mito do pleno empreendedorismo”, artimanha contemporânea que substituiu o “mito do pleno emprego”, ilusão utilizada para a manutenção do “status quo” nas sociedades de classes, amplamente disseminado na Era Industrial.

O “mito do pleno emprego” alimentou a crença de que havia, ou poderia haver, emprego para todos e serviu de base para que o desemprego fosse criminalizado ao ponto das pessoas (notadamente as/os negras/os) poderem ser detidas por vadiagem, caso não tivessem como comprovar um vínculo empregatício formal. No entanto, com o advento da revolução tecnológica, a extinção de postos de trabalho tradicionais, a ampliação do “exército de mão de obra de reserva” e a precarização das relações trabalhistas (se ainda for

possível o uso deste termo), a disseminação do “mito do pleno emprego” tornou-se inexecutável.

Neste contexto, para além do que deveria ser razoável e, com o evidente propósito de servir de elemento de amortização das tensões sociais, através dos mais variados aparelhos ideológicos, tem sido disseminada a ilusão de que todos os desempregados estruturais se recolocarão no mercado de trabalho como “empreendedores”. Não obstante, o uso inadequado de expressões como “sucesso”, “lucro”, etc... transferem para os indivíduos, sem que haja políticas públicas eficazes para lhes dar sustentação, a responsabilidade por alcançarem níveis de autonomia financeira incompatíveis com as regras vigentes nos mercados.

A ruptura deste modelo perverso, que exime a elite econômica e o Estado das suas responsabilidades, requer uma análise crítica destas dinâmicas sociais e a propositura de políticas públicas de educação, seguridade social, assistência social e transferência de renda, crédito produtivo e uma série de outras medidas complementares que, agravadas pelo contexto da pandemia de COVID 19 e pela falta de coordenação nacional das políticas de saúde pública, estão fora da agenda de debates no país.

BLOCO 4 A participação no PNUD

G.C.G. e S.M. – Conte-nos a respeito de seu trabalho como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em Cabo Verde.

G.H. – O trabalho que desenvolvi como Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em Cabo Verde, foi uma consequência direta da projeção nacional e internacional alcançada pela Incubadora Afro Brasileira, que fundei em 2004, com o apoio da Inter American Foundation – IAF (agência de cooperação multilateral mantida pelo Congresso dos Estados Unidos da América) e o patrocínio da Petrobras, no âmbito do programa Petrobras Fome Zero.

A Incubadora Afro Brasileira foi a primeira incubadora de negócios com viés étnico no Brasil. O desenvolvimento do conceito e da metodologia de trabalho da Incubadora Afro Brasileira ocorreu entre os anos de 1994 e 2004, com base na minha experiência como executivo (área de vendas e de recursos humanos) em empresas privadas, como dono de uma corretora de seguros por 14 anos, como gestor de projetos na Fundação de Apoio a Escola Técnica – FAETEC (por 02 anos) e como militante do movimento negro, principalmente após o meu ingresso (em 1994) no Centro de Estudos e Assessoramento de Empreendedores – CEM, órgão do Instituto Palmares de Direitos Humanos – IPDH, fundado pelo sociólogo e escritor Jorge Aparecido Monteiro.

O objetivo, as metas, a estratégia e os resultados alcançados pela Incubadora Afro Brasileira chamaram a atenção do *International Policy Centre of Inclusive Growth* – IPCIG (<https://ipcig.org/>), organismo da ONU sediado no Brasil e dedicado ao estudo e a pesquisa de soluções voltadas para o desenvolvimento inclusivo. O IPCIG recebia, na sede em Brasília, missões dos países que tinham interesse em capacitar os gestores de políticas públicas e organizava viagens, na maioria das vezes dentro no nosso país, para apresentar soluções inovadoras com vistas à promoção do desenvolvimento local sustentável e à redução das assimetrias entre os grupos populacionais.

A Incubadora Afro Brasileira foi identificada, pelo IPCIG, como uma experiência exitosa e, por esta razão, passou a fazer parte do roteiro de diversas missões internacionais, dentre as quais destacam-se as seguintes: Vietnam, Tanzânia, África do Sul, Moçambique e Angola. Neste contexto, o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde, ao realizar uma consulta junto às agências da ONU com o objetivo de implementar o Programa de Incubadoras de Negócios de Cabo Verde, tomou conhecimento do trabalho que desenvolvíamos no Brasil e destacou uma missão precursora liderada pelo professor cabo verdiano João Rezende Santos, PhD em economia pela Universidade de Harvard, docente da Bentley, em Massachusetts.

Após receber o feedback do professor João Rezende, o Ministro José Brito constituiu uma comissão nacional, formada por representantes de vários setores da economia, com participação da sociedade civil cabo-verdiana, para vir ao Brasil conhecer o trabalho desenvolvido pela Incubadora Afro Brasileira. Com base no relatório desta visita, fui convidado pelo referido ministro para trabalhar, remotamente e presencialmente (em Cabo Verde), como Consultor do PNUD, pago com recursos do Banco Mundial, para assessorar o governo cabo-verdiano na modelagem de um programa de desenvolvimento econômico baseado na criação de uma rede de incubadoras de negócios voltadas para o setor de serviços, com ênfase no turismo, da indústria têxtil local.

Um dos resultados deste trabalho foi a criação de uma Escola de Negócios no âmbito da Universidade de Cabo Verde, UniCV, dirigida pelo professor João Rezende Santos, que se licenciou da BentleyUniversity para assumir a função.

BLOCO 5 Ações merecedoras de destaque no Gerenciamento de projetos da FAETEC

G.C.G. e S.M. – Quais ações realizadas por você, no gerenciamento e planejamento da Coordenadoria de Projetos Especiais da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, mereceriam ser retomadas atualmente?

G.H. – A principal ação que desenvolvi como Gerente de Planejamento da Coordenadoria de Projetos Especiais da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, entre os anos de 2000 e 2002, foi a implantação dos Centros de Educação Técnica e Profissionalizante – CETEPs em mais de 20 favelas localizadas na capital e diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O então presidente da FAETEC, professor Carlos Augusto Azevedo, percebeu que dentre os fatores que impactavam na ociosidade das vagas oferecidas e na evasão escolar na unidade central da FAETEC, no bairro do Quintino, estava o receio que as famílias que residiam em favelas tinham de que as crianças e os adolescentes fossem agredidos ou mortos “no asfalto”, a caminho da escola.

Este receio era fundado no comportamento dos traficantes vinculados a facções criminosas de associar o local de moradia das pessoas a uma espécie de adesão à facção que domina o respectivo território.

A polícia reproduzia a mesma lógica, acrescida da concepção de que o fato de uma pessoa residir numa favela pressupõe a existência de vínculos com a criminalidade, em especial com o tráfico de drogas ilícitas.

Para enfrentar esta situação foi montada uma estratégia baseada na seguinte premissa: “se os alunos que moram nas favelas correm o risco de serem agredidos a caminho da escola, a FAETEC vai montar unidades dentro das favelas para diminuir os riscos (para os alunos) e garantir o acesso destes contingentes populacionais à educação”.

A tarefa de coordenar este processo foi entregue ao professor Marcos Costa e o mesmo achou por bem, para blindar o processo de interferências político-eleitorais, contratar alguém “neutro” para assumir a gerência de planejamento e gestão da Coordenadoria de Projetos Especiais.

A preocupação do professor Marcos Costa era procedente pois havia uma enorme pressão de Deputados Estaduais e de Vereadores dos partidos da base do Governador do Estado, à época Anthony Garotinho, pela implantação das unidades nas suas bases eleitorais.

Transcorridos 20 anos posso dizer que o trabalho foi realizado com base em critérios técnicos (densidade populacional, características demográficas, índices de violência nos territórios) e outras variáveis aferidas com base na análise que fazíamos dos indicadores da Fundação CIDE e do Instituto de Segurança Pública – ISP, autarquias estaduais vinculadas ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O tempo demonstrou, principalmente após a experiência das UPPs, que o Estado não deve restringir o conceito de “ocupação das favelas” à presença da polícia. Neste sentido, a experiência liderada pelos professores Carlos Augusto Azevedo e Marcos Costa é uma referência importante para se pensar o que

efetivamente seria uma “ocupação” dos territórios vulneráveis ao tráfico e à violência policial.

BLOCO 6 Um polo empresarial em nossa Região Portuária –inclusão, compromisso empresarial e valorização local

G.C.G. e S.M. – Como se deu a fundação do Polo Empresarial da Região Portuária do Rio de Janeiro? Qual foi sua participação neste projeto?

G.H. – Participei do processo de fundação do Polo Empresarial da Região Portuária e exerci a função de vice-presidente na primeira composição da instituição. O Polo Empresarial da Região Portuária sucedeu o Polo Empresarial da Rua Larga, cuja delimitação geográfica não incluía o Morro da Providência e uma série de outros logradouros importantes na região. A articulação com o segmento empresarial da região decorreu da minha participação no Grupo Curatorial que criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (na Região Portuária do Rio de Janeiro) e subsidiou o dossiê que embasou a bem sucedida candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Cultural da Humanidade junto à UNESCO. Minha atuação girou em torno de 03 eixos:

1 - Inclusão de toda a região portuária na delimitação do polo, evitando os recortes que estavam presentes no Polo Empresarial da Rua Larga, que excluía o Morro da Providência e vias tradicionais caracterizadas por um abundante comércio popular.

2 – Estabelecimento de um compromisso empresarial com o reconhecimento e com a preservação da identidade histórica do território, tendo em vista o risco do conceito de um Porto Maravilha resultar num processo de apagamento da memória através da promoção de uma “amnésia social”.

3 – Implementação de políticas públicas para evitar a “gentrificação” da região, salvaguardar as condições de moradia da população local e fortalecer os negócios tradicionais com programas de qualificação e outras formas de

suporte para que os mesmos não sucumbissem diante da alteração das características sociais pelas quais o território iria passar.

BLOCO 7 - A Incubadora Afro Brasileira (IAB)

G.C.G. e S. M. – Conte-nos sobre a IAB, por favor.

G.H. – A Incubadora Afro Brasileira foi a primeira incubadora de negócios com viés étnico no Brasil. O projeto foi oficialmente lançado em 2004, com o apoio da Inter American Foundation – IAF e da Petrobras, dentre outros parceiros, dentre os quais destacam-se o Instituto Palmares de Direitos Humanos – IPDH, o Instituto Brasil Social – IBS, o Instituto de Pesquisas e Ação Comunitária - IPAC a Fundação Getúlio Vargas – FGV (Rio de Janeiro), o Serviço Social do Comércio – SESC (Rio de Janeiro) e o SEBRAE Nacional. Em linhas gerais, a Incubadora Afro Brasileira é “um hub de serviços concebido para atender às necessidades concretas dos empreendedores, sem enrolação...”

O ponto de partida para desenhar a cesta dos serviços que seriam oferecidos pela incubadora foi a minha própria experiência como trabalhador, desde os tempos nos quais eu ajudava a minha mãe a vender empadas na Feira da Urca, na primeira metade da década de 1970, passando pelas agruras vividas no período no qual trabalhei na Drogaria Moderna, no início da década de 1980, passando pelas experiências de trabalho na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, na segunda metade da década de 1980, nas áreas comerciais do Jornal do Brasil, da Gazeta Mercantil, da Companhia Mercantil Itaipava, na Grifo Consultores, na Lua de Mel Doces em Geral (empresa da minha família), na Miquitec Representações, no Escritório de Advocacia Carmelo Corato, na FAETEC, nas secretarias (municipais e estaduais) com as quais desenvolvi projetos, até chegar na Giovanni Harvey Seguros & Previdência.

Além das experiências citadas, baseei-me nos estudos e nas pesquisas realizados pelo sociólogo Jorge Aparecido Monteiro e pelo economista Marcelo Paixão. Ambos tiveram um papel importante porque traduziram em indicadores

e em análises várias percepções que eu tinha e me permitiram construir um arcabouço metodológico baseado em evidências científicas.

A Incubadora Afro Brasileira seleciona os empreendimentos que apoia através de Editais Públicos de Seleção e tem capacidade operacional para atender (presencialmente) a até 450 empreendimentos. Ademais, oferece 04 serviços inteiramente gratuitos porque os custos são financiados pelos patrocinadores do projeto, que são:

1 – Um ciclo de Formação em Gestão de Nano e Micronegócios. Ao longo do ciclo o participante elabora um Plano de Negócios com o auxílio dos profissionais da incubadora.

2 – Consultorias prestadas em atendimentos individuais, com profissionais na área de gestão (para tratar dos assuntos técnicos) e profissionais da área social (para tratar de assuntos ligados a vida pessoal, familiar ou comunitária).

3 – Assistência Técnica prestada em visitas individuais aos empreendimentos para tirar dúvidas “*in loco*” e para orientar os participantes sobre a melhor forma de colocar em prática os ensinamentos que estão aprendendo na incubadora.

4 – Apoio Logístico prestado através da oferta de suporte para o participante transportar equipamentos de um lugar para o outro, transportar móveis de um lugar para o outro, realizar entregas, participar de feiras e de eventos.

Desde 2004, mais de 5.000 (cinco mil) empreendimentos foram apoiados pela Incubadora Afro Brasileira e pelos projetos que derivaram diretamente dela: Incubadora de Empreendimentos Populares – IEP, Incubadora de Empreendimentos para Egressos do Sistema Penitenciário – IEE, Incubadora da Região Portuária (parceria com o SEBRAE/RJ), Conectora de Oportunidades em Campos Elíseos e Conectora de Oportunidades em Macaé.

A Incubadora Afro Brasileira ganhou dois prêmios nacionais: Prêmio Orilaxé 2005 (melhor projeto social) e Prêmio Marketing Best 2006 (case de

sucesso). Além dos prêmios citados, a Incubadora Afro Brasileira foi convidada a apresentar a sua metodologia de trabalho em eventos nacionais e internacionais, dentre os quais destacam-se eventos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, eventos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, eventos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e várias edições do Fórum Social Mundial, no Brasil e no exterior.

BLOCO 08 - Engajamentos comunitários cariocas

G.C.G. e S.M. – Sobre as relevantes formas de engajamentos comunitários do Rio de Janeiro, quais comentários você gostaria de tecer?

G.H. – Existem diferentes formas de engajamento comunitário, vou me ater a duas formas que estão mais presentes na minha trajetória: o engajamento comunitário com base na abordagem de temas (questões étnicas, de gênero, de orientação sexual ou qualquer outro tipo de pertencimento) e o engajamento comunitário com base na abordagem de territórios.

Até o ano de 2017 eu trabalhava basicamente com abordagens temáticas, principalmente voltadas para o enfrentamento das assimetrias fundadas nas desigualdades étnico-raciais. De 2018 em diante passei a trabalhar com abordagens territoriais, principalmente na região da Baixada Fluminense, com ênfase na cidade de Duque de Caxias, e na região da Bacia de Campos, com ênfase na cidade de Macaé. Em ambos os casos os territórios foram escolhidos em função das operações que a Petrobras, nosso principal financiador, realiza nas respectivas regiões, através da Refinaria Duque de Caxias e da Base de Imbetiba. Nossa tendência daqui para a frente será conciliar estes dois tipos de abordagem nos nossos projetos.

BLOCO 9 – Personalidades e Representatividades

G.C.G. e S.M. – Você esteve na companhia de personalidades de grande representatividade no cenário brasileiro. Quem você citaria como marcante em uma dessas ocasiões? Por quê?

G.H. – Eu acredito no princípio de que um encontro é capaz de mudar o rumo de uma vida. Os encontros não precisam ser, necessariamente, com personalidades. É preciso estar aberto aos encontros, ter a sensibilidade de perceber o momento no qual as palavras do seu interlocutor ou da sua interlocutora trazem consigo significados que podem elucidar dúvidas, preencher lacunas ou contribuir para que vislumbremos nuances que não haviam sido percebidas. Tento estar atento a todos estes momentos, continuo fazendo isso, na maior parte das vezes com pessoas anônimas, preferencialmente que não saibam da minha eventual projeção neste ou naquele campo.

Como comecei a militar cedo, num período da vida política e social do Brasil no qual havia um debate efervescente, tive o privilégio de conhecer pessoalmente uma série de pessoas que tiveram um papel importante na construção da agenda de reconhecimento de Direitos das populações vulneráveis e das classes populares, no Brasil: Milton Santos, exemplo de compromisso que os intelectuais devem ter com um pensamento que não se dobre às conveniências; Lélia Gonzales, corajosa, coerente e de raciocínio irretocável; Abdias do Nascimento, despojado, tenaz e de ampla visão; Luiza Bairros, disciplinada e generosa, possui conhecimentos e visão estratégica da gestão e da política; Luiz Carlos Prestes, forte, corajoso, honesto e de sinceridade única por expor suas próprias contradições; Horácio Macedo, comprometido em formar as novas gerações, pelo respeito que demonstrou (enquanto Reitor da UFRJ) com a juventude, mesmo nos momentos nos quais discordava; Rose Marie Muraro, exalava extraordinário rigor conceitual que exigia em todos os diálogos que mantinha; e há ainda várias outras personalidades...

Presidindo o Conselho Deliberativo do Fundo Baobá para a Equidade Racial e o Conselho Fiscal da Casa de Sueli Carneiro, tenho tido o privilégio, há pouco mais de três anos, de conviver com a Sueli Carneiro - filósofa, ativista e escritora, a mais importante pensadora sobre as relações raciais no Brasil

contemporâneo. Ao lado de Sueli, convivo com cineasta Joel Zito Araújo, com o economista Elias Sampaio, com a feminista Amália Fischer e com uma série de outras pessoas com as quais aprendo cotidianamente. Continuo a acreditar e a investir nestas relações, pois as considero uma fonte inestimável de conhecimentos e de experiências.

BLOCO 10 - As cotas e nós: o projeto de cotas da UERJ e o papel da Universidade nas vidas de pretos

G.C.G. e S.M. – *Como um aluno que teve acesso à universidade por meritocracia, como você vê o sistema de cotas?*

G.H. – Eu faço parte de uma geração de pessoas negras, com valores culturais típicos da classe média, que incorporaram o discurso de que as conquistas que obtínhamos em circunstâncias marcadas pela flagrante adversidade se constituíam em uma demonstração da nossa superioridade intelectual.

Por este raciocínio a “superação” dos obstáculos sociais impostos pelo preconceito e pela discriminação eram (quase que) naturalizados e percebidos (quase que) como um ativo, do tipo: “se fulano de tal, sendo negro ou negra, conseguiu chegar em tal lugar na sociedade, superando os limites impostos pelo preconceito e pela discriminação, é porque ele ou ela é melhor do que os demais”.

Esse é um raciocínio contraditório porque ele não nega a existência do preconceito e do racismo, contém críticas a ambos, mas, ao mesmo tempo, os transforma em “ativos” que valorizam o sentido e a relevância das conquistas. A partir deste ponto havia uma espécie de bifurcação:

parte das pessoas negras que conseguiam estes êxitos passava a questionar o peso do preconceito e da discriminação, com um discurso baseado na crença de que se elas conseguiram, com esforço (próprio e/ou familiar) superar os desafios outras pessoas, com o mesmo esforço (próprio e/ou familiar) também teriam condições de superá-los.

parte das pessoas que negras que conseguiam estes êxitos passava a questionar o modelo, usando o peso do fato de terem sido uma exceção, para questionar as regras não escritas de uma falsa democracia racial.

Fui bastante influenciado por essa matriz de pensamento, principalmente através do discurso do meu pai que me dizia, desde pequeno, que eu precisaria ser melhor do que todos para ser reconhecido como bom.

Minha mãe, embora acreditasse no mérito, ponderava que nem sempre o mérito, por si só, dava conta de prover as pessoas negras das condições objetivas para superar os desafios impostos pelo preconceito e pela discriminação. Tive a oportunidade de acompanhar as discussões e debates travados por ambos desde a mais tenra idade.

A posição do meu pai refletia a trajetória dele: fluente em seis (06) idiomas (inglês, francês, italiano, alemão, espanhol, além do português) sem contar o conhecimento do grego, do latim e do esperanto, idioma a cujo ensino se dedicava, além de fazer traduções. O conhecimento dos idiomas o colocava numa posição de incontestável “vantagem” comparativa, principalmente quando ele se relacionava com empresas multinacionais que, pragmáticas, buscavam os profissionais mais capacitados a prestar os serviços de tradução e interpretação que ele oferecia.

A minha mãe, por outro lado, sofria os preconceitos de etnia e gênero, lidava de forma mais cotidiana com os desafios de ser uma mulher negra, instruída, culta e de classe média no Brasil das décadas de 1960 e 1970.

Graças ao investimento educacional que os meus pais fizeram em meu benefício, eu tive acesso a uma educação de qualidade no primário e no ginásio e, apesar de todas as minhas preocupações, ingressei em todas as universidades para os quais prestei vestibular.

1984: Direito na Candido Mendes, no turno que eu escolhi, e Filosofia na UFRJ, no semestre que escolhi.

1985: Letras (português-inglês), no semestre e no turno que eu escolhi.

1986: Direito na UFRJ, no semestre e no turno que escolhi.

Minha mãe já havia falecido quando eu entrei na Universidade. Meu pai valorizou bastante a minha conquista e, em linhas gerais, eu acreditei que o meu destino estava traçado: eu oscilaria entre o Direito e o Magistério.

O movimento estudantil, cuja militância desabrida de fato comprometeu a dinâmica da minha vida acadêmica, as necessidades financeiras e o desencanto com o que eu via nos bastidores da universidade criaram as condições para que, quando os meus mandatos terminaram, eu abandonasse a vida acadêmica e trilhasse uma carreira executiva num tempo no qual as empresas não exigiam formação acadêmica para a progressão funcional dos seus funcionários. Não concluí nenhuma das quatro (04) graduações que iniciei, incluindo um retorno breve aos bancos escolares para cursar dois (02) períodos de Comunicação Social, nas Faculdades Integradas Hélio Alonso, em 1992.

Quando o debate das cotas nas universidades se tornou uma hipótese concreta eu já estava posicionado na iniciativa privada, dono de uma corretora de seguros com um faturamento confortável, atuando no movimento negro e mantendo relações com atores e atrizes relevantes neste processo.

A minha primeira reação foi de reticente observação em relação ao instituto das cotas raciais para o ingresso dos estudantes negros no ensino superior, mas, maior do que qualquer tipo de dúvida que eu tivesse em relação à eficácia desta medida, foi a indignação que tomou conta de mim com a reação de grande parte da comunidade acadêmica, dos meios de comunicação e de algumas personalidades (em larga medida expoentes de uma esquerda branca, em larga medida com trajetórias acadêmicas marcadas pela crítica às desigualdades e afins) que radicalizaram no discurso de que as cotas iriam destruir a universidade e me fizeram entender que só havia uma opção: defender as cotas e lutar para prover os estudantes cotistas das mínimas condições de demonstrarem, com evidências, que a política de cotas não significaria o fim das universidades (em relação ao mérito) mas a grande

chance das universidades públicas resgatarem uma função que não estava sendo exercida, uma vez que as mesmas haviam sido apropriadas por segmentos sociais absolutamente descomprometidos com o real enfrentamento das desigualdades estruturais, reprodutoras de privilégios de “raça e classe” em várias instituições, inclusive na própria universidade pública.

G.C.G. e S.M. – Como você acompanhou o projeto de cotas da UERJ?

G.H. – Tomei ciência da aprovação da Lei das Cotas na UERJ, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, na etapa final da tramitação, como um fato consumado e com o debate instalado na sociedade brasileira. Na ocasião eu estava licenciado da Corretora de Seguros e exercia a função de Diretor Geral da Assessoria de Integração de Políticas Governamentais, na Secretaria Executiva do Gabinete da Governadora Benedita da Silva.

Nesta condição eu intermediei tratativas entre a Secretária Estadual de Direitos Humanos, Wania Santana, militante do movimento negro e feminista, e a Reitora da UERJ, professora Nilcéa Freire.

Particpei ativamente do debate nas redes sociais, em especial num grupo chamado “3Setor” no Yahoo e na imprensa, defendendo as cotas com base na premissa de que seria preciso esperar um tempo para que os indicadores pudessem nos fornecer elementos para avaliar os resultados desta política pública, sem prejuízo do questionamento dos argumentos de natureza ideológica.

G.C.G. e S.M. – *Qual o papel da Universidade hoje na vida do “preto pobre”?*

G.H. – O acesso e a permanência na Universidade continuam a ser um desafio para as pessoas pretas e pobres.

Evidentemente os desafios de hoje são diferentes dos desafios do “meu tempo”, há 30 anos atrás, e dos desafios do início dos anos 2000, com a implementação da Lei das Cotas no acesso ao Ensino Superior. O enfrentamento ao preconceito e aos filtros sociais que dão materialidade aos

mecanismos institucionais de discriminação étnica e de exclusão social é uma tarefa que demanda tempo, não é uma tarefa para uma ou duas gerações.

Transcorridos 20 anos do advento da Lei das Cotas no Acesso ao Ensino Superior, com sucessivos embates judiciais até o reconhecimento da sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012, com um voto histórico e irretocável proferido pelo Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, ainda há muito o que se fazer para que possamos nos aproximar do ideal de igualdade de oportunidades pretendido.

O acesso à Universidade ainda não faz parte do horizonte da maior parte das pessoas no Brasil e nós temos a tarefa de continuar a lutar para ampliar o horizonte das pessoas pretas e pobres, criando mecanismos de reconhecimento e promoção de Direitos, dentre os quais o acesso a uma educação de qualidade.

BLOCO Final – E agora, cara preta?

G.C.G. e S.M. – Caro Giovanni, diante dos recentes episódios envolvendo mundialmente questões de desigualdade e (in)justiças sociais, este diálogo com você, é, certamente, enriquecedor para todos os leitores da *Pensares em Revista*.

Para encerrarmos nossa conversa, o que ainda precisa ser feito para avançarmos no propósito de promover mais equidade e justiça social?

G.H. – Tenho testemunhado, principalmente no exercício da função de Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá, muitas iniciativas por parte de pessoas brancas que manifestam o interesse em se engajar nesta agenda.

Creio que talvez estejamos diante da oportunidade de contribuir para que as pessoas brancas que queiram se engajar nesta causa comecem este processo refletindo sobre o exercício da sua “branquitude” e sobre o quão dispostas estão a rever padrões comportamentais, que na maior parte das vezes passam despercebidos porque foram naturalizados, para que estes

engajamentos possam ser efetivos e não apenas uma manifestação de interesse “pela causa da hora”.

Não se enfrenta o racismo reproduzindo-se, com as melhores intenções, comportamentos racistas. Não se enfrenta o racismo reproduzindo-se, com as melhores intenções, relações de poder e subordinação. Não se enfrenta o racismo, reproduzindo-se, com as melhores intenções, padrões de comportamento naturalizados, dentre os quais destaco o exercício da branquitude. Entenda-se por branquitude o recorrente padrão comportamental das pessoas brancas em se verem como seres universais, capazes de manter um distanciamento crítico diante de conflitos que contrapõem os seus interesses (de etnia, classe ou qualquer outra expressão de pertencimento) em relação às pessoas negras, excluindo-se da condição de parte e se atribuindo a posição de arbitragem.

No meu entendimento, o debate sobre a branquitude não encerra todos os desafios que estão postos para esta quadra da história, mas é fundamental para que todos, negros e brancos, possam repactuar relações e somar esforços para qualificar o enfrentamento às desigualdades étnicas que estruturam as relações sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. de J. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. **Revista da ABPN** v. 6, n. 14 • jul. – out. 2014, p. 236-263

LADSON-BILLINGS, G. Just what is critical race theory and what's it doing in a nice field like education? **Qualitative Studies in Education**, v. 11, n. 1, p. 7-24, 1998.

Sobre o entrevistado

Giovanni Harvey foi Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense - UFF no final dos anos 80 e iniciou a sua carreira na iniciativa privada nos anos 90. Foi Diretor de Recursos Humanos da Companhia Mercantil Itaipava e Diretor de Relações com o Mercado da consultoria “Grifo”. Em 1994 criou a empresa “Giovanni Harvey Seguros & Previdência” e atuou no mercado de seguros por 11 anos. Ao longo deste período se licenciou para exercer os cargos de Superintendente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania - SECID, na gestão do Senador Abdias do Nascimento; Gerente de Planejamento da Coordenadoria de Projetos Especiais da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, no Governo Anthony Garotinho; e Assessor de Integração da Secretaria Executiva do Gabinete da Governadora, no Governo Benedita da Silva. Em 2004 fundou a Incubadora Afro Brasileira, no Rio de Janeiro. Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em Cabo Verde, além de integrar o Fórum da Sociedade Civil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Exerceu o cargo de Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR/PR, a convite do Ministro Édson Santos. Retornou à direção da Incubadora Afro Brasileira em maio de 2009 e atuou como consultor e estrategista em diversas instituições públicas e privadas. Foi um dos fundadores e Vice-presidente do Pólo Empresarial da Região Portuária do Rio de Janeiro. Em 2013 foi convidado pela Ministra Luiza Bairros para assumir a Secretaria Executiva da SEPPIR-PR. Permaneceu à frente da Secretaria Executiva da SEPPIR-PR, a convite da Ministra Nilma Lino Gomes, em 2015, até a conclusão do processo de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. Atualmente presta consultorias em Planejamento Estratégico e Prospecção de Cenários. É Conselheiro Benemérito do Conselho Municipal dos Direitos do Negro - COMDEDINE e membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.

Sobre as entrevistadoras

Gysele da S. Colombo Gomes

Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014), graduada em Letras Português- Inglês pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990), mestre em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e pós-doutorada pela Universidade Federal de Viçosa. Professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa e Linguística Aplicada atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de línguas estrangeiras; a Zona de Conforto; competências do professor de LE; ensino-aprendizagem de LI, crenças, emoções, interação e autonomia na sala de aula; discurso e

práticas sociais; alinhamentos, identidades e trabalhos da face; Prática Exploratória. É pesquisadora nos grupos Linguagem & Sociedade (UERJ); Crenças e Emoções (UFV); e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Prática Exploratória da FFP - UERJ.

Suellen Thomaz de Aquino Martins

Doutoranda em Letras: Linguagens e Representações (PPGL/UESC), mestra em Letras: Linguagens e Representações (UESC/2017), Pós-graduanda em Educação e Tecnologias (UFSCAR), Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar (FACSA/2012), graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas e Língua Inglesa e suas Literaturas (UESC). Atua como professora Substituta de Língua Inglesa na Universidade Estadual de Santa Cruz e é professora efetiva na rede básica de ensino público desde 2008. Co-autora do projeto "Emoções à flor da pele: aprendendo a lidar com elas", em parceria com os professores/as Nair Floresta (UESC) e Lindomar Coutinho (UESC). Integrante dos grupos de pesquisa FORTE (UESC), com foco em ensino e aprendizagem de línguas; CEALI (UFV) nas linhas de "Crenças sobre o Ensino e Aprendizagem de Línguas" e "formação de professores"; e Linguagem e Racismo (UFSB) cujo foco é "linguagem, racismo e ensino de línguas". Possui experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase no ensino-aprendizagem de línguas, cujo foco é: "linguagem, racismo e ensino de línguas".